



Câmara aprova texto-base da proposta de reforma política relatada por Shéridan

O Plenário da Câmara aprovou, por 384 votos a 16, o relatório da deputada **Shéridan (RR)** à PEC 282/16, que acaba com as coligações para eleições proporcionais e cria uma cláusula de desempenho. Os destaques ao texto-base serão apreciados na próxima semana.

Em discurso pela Liderança do PSDB, Shéridan afirmou que a PEC promove a maior mudança no sistema eleitoral desde a Constituinte. Relatora da proposta na comissão especial, a tucana se empenhou em ouvir todos os partidos. Ela é a primeira mulher a relatar uma proposta de reforma política no Congresso.

“Olhei os partidos respeitando as diferenças, as lutas de cada um. Talvez essa não seja a reforma ideal, mas é uma mudança substancial que começa a sanar as grandes mazelas do sistema caótico que experimentamos hoje”, declarou. Durante a votação, o trabalho da deputada foi elogiado por parlamentares de diversos partidos.



Ao lado de colegas tucanos, Shéridan comemora aprovação de sua proposta. A jovem parlamentar é a primeira mulher a relatar uma reforma política na Casa.

“Demos uma resposta à sociedade, mostrando que é possível avançar na construção de um sistema político melhor. Ganham o Brasil e os brasileiros.”

■ Deputada Shéridan (PSDB-RR). Durante a votação, o trabalho dela foi elogiado por parlamentares de diversos partidos.

De acordo com o texto, haverá uma transição da cláusula de desempenho ao longo das eleições seguintes até as de 2030. Para os partidos que desejarem disputar as eleições juntos, a proposta cria a federação partidária. A diferença em relação às coligações é que os partidos têm de permanecer atuando juntos na federação durante a legislatura, sob pena de perda do tempo de propaganda gratuita e de recursos do Fundo Partidário.

Segundo Shéridan, a cláusula de desempenho estabelece limites para

que os partidos possam acessar os recursos públicos. Não significa que as legendas vão deixar de existir, acrescentou. “O Brasil vive um momento político fragilizado e espera de nós uma satisfação. É nosso dever estarmos conectados com o que espera a sociedade”, disse.

A jovem deputada destacou o orgulho em relatar uma matéria dessa natureza. Ela agradeceu os apoios de **Betinho Gomes (PE)**, relator na Comissão de Constituição e Justiça; do presidente da Casa, Rodrigo Maia; e do líder do PSDB na Câmara, **Ricardo Tripoli (SP)**. Em Plenário, Tripoli elogiou Shéridan e toda a sua equipe pelo árduo trabalho na construção do relatório.

Betinho Gomes afirmou que o texto é uma possibilidade real de iniciar o processo de ajuste do sistema político. O tucano ressalta que a proposta não resolve todos os males do sistema, que está deteriorado e não corresponde mais às necessidades da sociedade nem favorece um debate equilibrado.

Senado acata MP sobre nova taxa de juros do BNDES

O Plenário do Senado aprovou nessa terça-feira (5) a medida provisória (MP) 777/2017, que cria a Taxa de Longo Prazo (TLP), a ser usada pelo BNDES nos seus empréstimos a partir de 1º de janeiro de 2018 em substituição à TJLP. Na Câmara, a proposta foi relatada pelo deputado **Betinho Gomes (PE)**.

A intenção do governo federal com a medida provisória é reduzir subsídios concedidos em financiamentos do BNDES. Pela regra atual, o Tesouro Nacional vende títulos no mercado e repassa o dinheiro para o banco público. O BNDES, então, empresta esses recursos para terceiros com uma taxa de juros mais baixa. A diferença é subsidiada pelo governo.

De acordo com o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), os subsídios concedidos pela União em operações afetadas pela TJLP atingiram R\$ 240 bilhões nos últimos dez anos. A cifra se refere aos chamados subsídios implícitos, sem previsão no Orçamento. Ele criticou a concessão dos benefícios e defendeu a aprovação da MP 777/2017.

Congresso conclui votação do PL que altera meta fiscal

O Congresso Nacional rejeitou dois destaques e concluiu a votação do Projeto de Lei (PLN) 17/17, que permite ao Poder Executivo aumentar o déficit primário para R\$ 159 bilhões em 2017 e 2018. O texto-base havia sido aprovado na última semana.

O relator da proposta, deputado **Marcus Pestana (MG)**, foi à tribuna defender a manutenção do texto. Segundo ele, o cenário fiscal do país se deteriorou e houve necessidade de alteração da meta. O tucano acrescenta que não é uma questão subjetiva, mas sim matemática. “É um raio-x da realidade. Há que se rever a meta para que o orçamento público não seja uma peça de ficção”, afirmou.

O tucano esclareceu as causas que levaram à mudança da meta: inflação baixa, que deprimiu a receita, e o ritmo lento da retomada econômica, saindo da maior recessão da história brasileira. Também houve frustração em relação à repatriação de recursos e intervenções do Congresso que geraram impactos.

Direto do Ninho

PUBLICIDADE CLARA: Foi aprovado nessa terça-feira (5), pela Comissão de Defesa do Consumidor, parecer favorável ao Projeto de Lei 3646/08, do deputado **Vanderlei Macris (SP)**, que define regras para a publicidade comercial nas emissoras de televisão. O objetivo da proposta é proibir as chamadas “letras miúdas” em anúncios, que acabam omitindo informações do consumidor por serem praticamente ilegíveis. Macris explica que é necessário disciplinar a exibição de informações que são colocadas em segundo ou terceiro plano nos comerciais quando, na verdade, são extremamente relevantes.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR: Foi aprovada ontem, pela CCJ, a redação final do PL 128/07, do deputado **Lobbe Neto (SP)**, que inclui o tema “educação alimentar” no conteúdo das disciplinas de Ciências e Biologia dos ensinos fundamental e médio, respectivamente. “A alimentação equilibrada e balanceada é um dos fatores fundamentais para o bom desenvolvimento físico, psíquico e social das crianças. É de conhecimento da população e dos especialistas o significativo aumento da taxa de obesidade infanto-juvenil”, explicou o parlamentar. A proposição segue para o Senado.

FALHA NA ENERGIA: A Comissão de Trabalho da Câmara aprovou texto substitutivo ao Projeto de Lei 3157/2015, da deputada **Mariana Carvalho (RO)**, que estabelece multa a ser paga aos usuários pelos concessionários de serviços de energia elétrica, em caso de falha no fornecimento. De acordo com a proposta, a indenização será destinada, pela empresa distribuidora, aos usuários finais do sistema que forem diretamente prejudicados. A proposta da tucana tramita pensada ao PL 4284/16, do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), com a mesma finalidade.

PARCERIA COM MICROEMPRESAS: A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara aprovou parecer favorável à proposta do deputado **Izalci (DF)** que amplia as competências e objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao dispor sobre parceria entre os institutos e as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais. Para o tucano, esses Institutos têm estrutura e missão que, integradas e disponibilizadas ao setor produtivo, proporcionariam o desenvolvimento tecnológico, a geração de empregos, renda e crescimento econômico.



Charge: Ricardo Maurício

Em sessão solene, deputados destacam papel do profissional de Educação Física

Deputados do PSDB participaram nessa terça-feira (5) de sessão solene na Câmara em homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física. É de 1º de setembro a lei que regulamentou a profissão de Educação Física e criou os conselhos regionais e federal (9696/1998).

O deputado **Luiz Carlos Hauly (PR)** destacou sua paixão pelo esporte desde a infância. Ainda menino, ele mobilizou esforços para conseguir transporte, combustível e uniforme para uma viagem do time de basquete a Curitiba. Em 1983, quando assumiu a prefeitura de Cambé (PR), Hauly foi o primeiro prefeito do país a implantar a Educação Física nas escolas municipais de 1ª a 4ª série.

“Em poucos anos, o município passou a ser referência no esporte do Paraná. Criamos uma dinâmica no esporte, reativamos competições”, afirmou. Como secretário de Fazenda do estado, o tucano participou da criação de dois programas de incentivo: Frutos da Terra e Paraná Olímpico.

Da tribuna, o deputado **Izalci (DF)** ressaltou a importância do profissional dessa categoria. Educação Física é saúde, é qualidade de vida”, afirmou. Segundo ele, é preciso respeitar os profissionais e não admitir que pessoas sem capacitação orientem atividades esportivas. “A Educação Física trabalha com a vida. Não podemos deixar essa atividade nas mãos de qualquer pessoa”, declarou.



Foto: Luís Macedo - (O)

Cerimônia foi prestigiada por estudantes e profissionais da área.

EXPEDIENTE

Coordenador de redação: Marcos Côrtes **Editora:** Elisa Tecles

Reportagem: Ana Maria Mejia, Djan Moreno e Sabrina Freire

Diagramação: Francisco Maia

Op. de áudio e vídeo: Hélio Ricardo

Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900
Brasília (DF) Telefone: (61) 3215-9351

As notas com conteúdo adicional no portal estão identificadas com , aquelas com boletim de rádio têm o símbolo e as matérias com vídeo têm o ícone .



O portal “PSDB na Câmara” possui uma versão especial para smartphones. Para acessá-la sem ter que digitar o endereço no navegador, instale um leitor de QR Code no aparelho e use-o para fotografar a barra ao lado. Caso use um tablet, será aberta a versão completa da página.

Deputados comemoram criação de linha de crédito de R\$ 10 bilhões para entidades filantrópicas



Foto: Alessandro Lovolo

Vários parlamentares do PSDB participaram da cerimônia, que lotou o Salão Nobre da Câmara. O presidente em exercício, Rodrigo Maia, sancionou a lei.

Sancionada nessa terça-feira (5) em cerimônia que lotou o Salão Nobre da Câmara, a Lei 7.606/2017 dará fôlego para que entidades filantrópicas e santas casas continuem a prestar atendimento à população. Para deputados do PSDB que prestigiaram o evento, a nova legislação é extremamente importante para a reestruturação do sistema de saúde.

De autoria do senador José Serra (PSDB-SP), a proposta cria o Programa de Financiamento Específico para Santas Casas e Hospitais Sem Fins Lucrativos que atendem o SUS (Pró-Santas Casas). A iniciativa, que fortalece o setor filantrópico brasileiro, prevê no Orçamento Geral da União recursos de R\$ 10 bilhões, a serem operados pelos bancos oficiais federais (BNDES, CEF e BB) em duas linhas de crédito em um prazo de cinco anos.

APAES INCLUÍDAS

O deputado **Eduardo Barbosa (MG)**, um dos responsáveis pela inclusão das Apaes nesse programa de financiamento, considera a medida fundamental para que as entidades possam superar esse momento de grave crise econômica. Para o deputado **João Paulo Papa (SP)**, o momento é histórico diante do elevado endividamento dessas entidades e das condições diferenciadas que passam a ter, bem mais favoráveis que as atuais oferecidas pelo sistema bancário tradicional. “São juros sobre juros, uma montanha de dinheiro que, ao invés de ser utilizada na boa prestação de serviços, acaba sendo utilizada na amortiza-

ção desses empréstimos”, disse ele.

Já o deputado **Marcus Pestana (MG)** afirma que as santas casas e outras filantrópicas suprem boa parte da defasagem financeira com apoio comunitário, doações e a força do voluntariado. No entanto, a situação financeira é de desequilíbrio crônico e essa linha de crédito permitirá que as unidades de saúde possam respirar num momento de grave restrição de recursos.

“Esse é um programa fundamental para a manutenção de bom atendimento para as famílias de baixa renda”, disse o deputado **Silvio Torres (SP)**. Ele afirma que nos últimos anos o quadro financeiro se agravou a ponto de inviabilizar e inclusive fechar hospitais, principais prestadoras de serviço aos mais carentes.

Como ressaltou o deputado **Luiz Carlos Hauly (PR)**, haverá uma legislação específica canalizada em benefício da saúde dos brasileiros. “É uma grande conquista dos setores ligados à saúde pública e das bancadas na Câmara e no Senado que vai melhorar a vida dos usuários dos hospitais filantrópicos brasileiros”.

Por sua vez, o deputado **Raimundo Gomes de Matos (CE)** afirma que será a sobrevivência de milhares de instituições. “Muitas instituições estavam com o patrimônio penhorado, inclusive as Apaes, em função de questões trabalhistas e impostos devidos”, afirmou.

“Esses hospitais vêm enfrentando crise profunda nos últimos anos e precisam de socorro para reverter a tendência de fechamento de leitos. A linha de crédito garantirá que continuem prestando seus importantes serviços filantrópicos em prol da saúde pública e, em especial, da população mais carente”, completou o deputado **Lobbe Neto (SP)**.

Rede é fundamental para o SUS. Confira os números do setor

São **1.708 hospitais** que prestam serviços para o SUS, respondendo por 36,86% dos leitos disponíveis, 42% das internações hospitalares e 7,35% dos atendimentos ambulatoriais realizados no âmbito do SUS. Além disso, as entidades beneficentes são responsáveis por 49,35% do total de atendimentos no sistema público.

Em **927 municípios**, a assistência hospitalar é realizada unicamente por um hospital beneficente. Essas instituições também são responsáveis por executar o maior quantitativo de cirurgias oncológicas, cardíacas, neurológicas, transplantes e outros procedimentos de grande porte, atingindo um percentual total de 59,35% das internações de alta complexidade no SUS.

O Plenário da Câmara aprovou na noite de segunda-feira (5) o Projeto de Lei 5850/16, que muda o Estatuto da Criança e do Adolescente para agilizar procedimentos relacionados à destituição de poder familiar e à adoção de crianças e adolescentes. A matéria será enviada ao Senado.

O substitutivo disciplina vários aspectos do processo de adoção, como prazos mínimos e máximos do estágio de convivência, quando os candidatos a adotar uma criança convivem com ela por determinado período.

“Este projeto vem acelerar o projeto de adoção e garantir a proteção dos direitos das crianças, principalmente aquelas que esperam um lar onde possam receber amor”, destacou a deputada **Geovania de Sá (SC)**, que encaminhou favoravelmente pelo PSDB. Segundo ela, milhares de famílias aguardam para adotar uma criança e terão grande responsabilidade ao terem êxito neste processo.

Para cada criança brasileira à espera de um lar, existem cinco famílias dispostas a adotar um filho ou uma filha. Se essa conta não fecha e ainda há perto de 8 mil crianças vivendo em abrigos, é porque existem gargalos para que os processos de adoção no país andem. Atualmente as dificuldades burocráticas fazem com que o processo possa levar até sete anos para ser concluído.



Foto: Alessandro Loyola



Foto: Alessandro Loyola

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou nessa terça-feira (5) a redação final do Projeto de Lei 5446/2016, do deputado **Daniel Coelho (PE)**, que dispõe sobre transporte escolar e transporte remunerado não licenciado. Um dos objetivos é aumentar as penalidades para quem pratica o transporte escolar de maneira irregular, ou “pirata”, como é popularmente chamado.

De acordo com o autor, as punições hoje vigentes para a realização de transporte de escolares, ou mesmo do transporte remunerado de passageiros, sem a devida autorização do órgão competente, não guardam a devida proporção com a gravidade dessas condutas.

Pelo texto, a prática de dirigir veículo escolar sem a devida autorização deixa de ser considerada penalidade grave e passa a ser gravíssima, com “multa e remoção do veículo”. Como tramitava de forma conclusiva e já havia sido aprovada em todas as comissões temáticas em que foi analisada, a proposta segue agora para análise do Senado. Na Comissão de Viação e Transportes, o relator foi o deputado tucano **João Paulo Papa (SP)**.

O Plenário da Câmara acatou nessa segunda-feira (4) o regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 76/07, que inclui municípios de Minas Gerais na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Isso vai possibilitar a essas localidades terem acesso a linhas de crédito especiais, a incentivos fiscais e aos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

O deputado **Rodrigo de Castro (MG)** afirmou que o projeto é da maior importância. Como representante dos mineiros, ele ressaltou que parte do estado sofre com a seca e merece uma atenção especial. “Esses mais de 40 municípios de Minas anseiam ter acesso a crédito, ter acesso a políticas de compensação e, assim, levar mais desenvolvimento, uma vida melhor para a sua população”, disse.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste é uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, criada pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007. A sede fica no Recife (PE).



Foto: Alessandro Loyola